

Confronto à vista

Moacir Werneck de Castro

Há em Brasília um contraste verdadeiramente chocante entre o clima de trabalho da Assembléia Nacional Constituinte e a desastrosa confusão em que se debate o Executivo. Seria isso apenas um motivo de comentário entre irônico e melancólico, se não ameaçasse projeções perigosas para o futuro do país.

O que se vê no Congresso Constituinte é o fecundo empenho de cumprir uma tarefa histórica, de chegar à conclusão da Carta no mais breve prazo, atendendo da indispensável negociação, a um denominador comum de anseios, opiniões e interesses. É o que se chama democracia.

As marchas e contramarchas do Executivo expressam, ao contrário, um renitente espírito antidemocrático. O nosso presidente messiânico é muito chegado ao compadrio e, ademais, voluntarista. Parece convencido de que se pode sobrepor à vontade soberana da Assembléia, cujas decisões pretende orientar e submeter a tutela, acenando com o fantasma de uma intervenção militar. Promove ameaças felizmente inócuas, como a que formulou em sua última aparição na TV, e à qual se seguiu uma esmagadora vitória do Doutor Ulysses. Sarney volta a imprimir ao governo, nesta reforminha ministerial de agora, um cunho acintosamente reacionário, em desafio à tendência progressista e democrática que o trabalho da Constituinte, no seu conjunto, revela.

O novo ministro da Indústria e do Comércio, Roberto Cardoso Alves, representa a corrente mais retrógrada do empresariado, com o único mérito de não o dissimular; é um defensor das ZPEs que não sabe nem traduzir a sigla. O titular da Reforma Agrária, Leopoldo Bessone, esse não sabe direito o que é reforma agrária; e, na medida em que sabe, é contra.

E que dizer da nomeação do senador Alexandre Costa (PFL-MA) para governar o Distrito Federal? Que comédia de erros, que gritante atestado da incompetência de um governo! O país enrubesce. Com que, então, todas aquelas assessorias, que são regiamente pagas (com o nosso dinheiro) para saber, não sabiam? O grande advogado Saulo Ramos não sabia? Todos tão hábeis, tão matreiros, tão espertinhos não sabiam? Não lhes ocorrerá melhor saída para nomear o cupincha maranhense — notável pela segurança com que afirmou na Comissão da Corrupção, gozando o senador Chagas Rodrigues, que quem sai pobre do governo é bobo —, não lhes ocorrerá melhor saída senão forjar um novo casuísmo que assegure ao Alexandre Costa a sua governança sem perda do mandato de senador? Que tristeza! Deve haver um componente de vergonha nacional, e não apenas de sufoco econômico, nessa onda de migração clandestina para o exterior.

A linha do Executivo se choca, pois, com a da Assembléia Constituinte. Enquanto esta procura, pelo entendimento, as fórmulas que melhor atendam aos interesses nacionais, o Planal-

to fecha com as múltiplas, dá força ao lobby alienígena, procura impor à Constituinte as soluções apresentadas pelos porta-vozes do capital estrangeiro. Quem não estiver pelos autos é, naturalmente, um xenófobo...

O pior é que esse confronto se lança para além dos limites do episódico. Tende a extrapolar; tende a consolidar o que Florestan Fernandes chama "estado de transição permanente". No seu último artigo para este jornal, o eminente sociólogo e constituinte aponta o risco representado pelo extremismo infantil de esquerda, com sua tática de "desmascarar" a Constituição como instrumento que "legítima" o *statu quo*. Esse "radicalismo abstrato e retórico" — escreve Florestan — "só será útil aos que precisam do refluxo (da democracia) e estão porfiando por ele com sagacidade e o peso do aparato civil, político e militar do estado de transição permanente".

Os extremos se tocam — com a diferença substancial de que o de esquerda é desarmado, é somente retórico na sua torcida pelo quanto pior melhor, ao passo que o outro dispõe do poder.

Antecipar esse cenário muito provável de um eventual confronto entre o Executivo e o Legislativo não é pessimismo, mas apenas cautela realista. Não há sinal de que o governo Sarney, implantado pela "bondade de Deus", esteja disposto a se conformar com os novos dispositivos constitucionais e obedecer a eles, como manda a boa norma de funcionamento do regime democrático. Ao contrário, no desenrolar dos acontecimentos, bem pesado e analisado o comportamento do Planalto em face de situações anteriores que contrariaram o seu estilo de governar ainda impregnado dos vícios do autoritarismo, o que se deve esperar é uma atitude de rejeição da nova Carta. O cachimbo da ditadura, sugado durante longos anos, entortou a boca desse pessoal cujo mestrado político se fez à sombra do poder, no tépido borralho dos partidos apadrinhados pelo regime militar, a Arena e o PDS.

A Constituição que deve ser aprovada nos próximos dias, graças a um esforço que merece o reconhecimento da opinião pública, marcará o fim da transição e estabelecerá normas de governo realmente democráticas. Os restos de autoritarismo, cevados numa ilegitimidade que se prolongou além do tolerável, vão sentir-se condenados e procurarão torpedear, sabotar, invalidar a Carta. Querem uma Constituição que "não pegue", a exemplo de tantas outras leis neste nosso Brasil — assim como já sonharam "zerá-la" ainda em processo de gestação.

A perspectiva de campanhas eleitorais, num clima de desastre econômico e hiperinflação administrada pelo dócil Maílson da Nóbrega, vem tornar mais palpável a possibilidade ao antagonismo a que me refiro. Quem pretende ter todas as soluções no bolso do colete, para ir sacando-as ao sabor do casuísmo do dia, não está preparado para se submeter ao pleno império da legitimidade constitucional. Pois a simples palavra legitimidade, para eles, soa como anátema.